



## SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

HABEAS CORPUS Nº 640115 - GO (2021/0013119-5)

**RELATOR** : MINISTRO PRESIDENTE DO STJ  
**IMPETRANTE** : PAULO HENRIQUE MATOS DE FREITAS  
**ADVOGADO** : PAULO HENRIQUE MATOS DE FREITAS - GO033060  
**IMPETRADO** : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE GOIÁS  
**PACIENTE** : LEONARDO BATISTA DE OLIVEIRA (PRESO)  
**INTERES.** : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE GOIÁS

### DECISÃO

Cuida-se de *habeas corpus* com pedido de liminar impetrado em favor de LEONARDO BATISTA DE OLIVEIRA em que se aponta como autoridade coatora o TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE GOIÁS (HC n. 5580098-03.2020.8.09.0000).

O paciente foi preso em flagrante em 09/11/2020 como incurso no art. 33, *caput*, da Lei n. 11.343/2006, art. 180 do Código Penal e art. 309 da Lei n. 9.503/1997, tendo a custódia sido convertida em preventiva.

O impetrante sustenta que não estariam presentes os requisitos necessários para a manutenção da custódia cautelar do acusado.

Alega que a quantidade de droga apreendida e o fato de não ter residência fixa no distrito da culpa, não justificaria o seu encarceramento provisório.

Aduz que os predicados pessoais do agente permitiriam que respondesse ao processo em liberdade.

Requer, liminarmente, que seja revogada a prisão preventiva do paciente, aplicando-lhe medidas alternativas à prisão, caso se mostrem necessárias. No mérito, pugna pela concessão da ordem para que seja confirmado o pleito sumário.

É, no essencial, o relatório. Decido.

Em juízo de cognição sumária, verifica-se que inexistente flagrante ilegalidade que justifique o deferimento do pleito liminar em regime de plantão.

Considerando que o pedido se confunde com o próprio mérito da impetração, deve-se reservar ao órgão competente a análise mais aprofundada da matéria por ocasião do julgamento definitivo.

Do acórdão combatido extrai-se (e-STJ fl. 85):

[...]

*Assim, no caso em apreço, ao converter a prisão em flagrante em preventiva, em sede de audiência de custódia, o juiz singular consignou que: “não existem dúvidas a respeito da existência do crime, bem como há indícios de autoria da prática delituosa pelo autuado. Além de causar grande mal a sociedade, o crime de tráfico de drogas é a mola propulsora para a prática de outros delitos. Outrossim, no caso concreto destes autos, o autuado foi flagrado transportando vultosa quantidade de drogas, demonstrando, dessa forma, a possível disseminação ilícita de drogas. Por outro lado, verifico que, o autuado, reside fora do*

*distrito da culpa, além de não ser possível, neste momento, verificar seus antecedentes criminais no Estado onde reside. Destarte, mostra-se necessária a segregação cautelar do autuado, em razão dos fatos que lhe são atribuídos. Desse modo, sua liberação implica em risco à ordem pública. Saliento também que a cidade de Jataí é conhecida como rota internacional do tráfico de drogas, o que tem causado desassossego na sociedade e gerado aumento na criminalidade local.”* *Apreciando a decisão proferida, constata-se que a segregação foi mantida por se encontrarem presentes, ao ver do magistrado, os requisitos para a prisão preventiva, quais sejam, o fumus commissi delicti e a garantia da ordem pública. Frisou, a autoridade apontada como coatora, que a conduta imputada ao paciente aparentemente vulnera sobremaneira o bem jurídico tutelado (saúde pública), porquanto trata-se de paciente que desobedeceu ordem de parada, colidiu com a viatura, ao empreender fuga, ao que apreendido transportando grande quantidade de entorpecentes: 796kg de maconha, oriunda de Campo Grande/MS, cidade onde reside, e a levaria até Goiânia/GO. Ademais, o veículo possui restrição de crime patrimonial e apresentava sinais de adulteração. Tal situação, para o juiz singular, demonstra a elevada perigosidade. Nesses moldes, não há falar em arbitrariedade ou inidoneidade decorrente da permanência do paciente no cárcere, pois a custódia cautelar derivou de decisão fundamentada. Aponta, tal decisão, fatos concretos a justificar a necessidade da prisão, que, por outro lado, não fere o princípio da presunção de inocência, tampouco o postulado de que a segregação é a ultima ratio, pois o encarceramento do paciente restou excepcionado pela própria Constituição Federal, no artigo 5º, LXI.*

*[...]*

*O entendimento a que ora se perfilha, é o de que a garantia da ordem pública não se destina a proteger apenas o processo penal, enquanto instrumento de aplicação da lei. Dirige-se, de igual forma, à proteção da própria comunidade, coletivamente considerada, no pressuposto de que seria duramente atingida pelo não aprisionamento de supostos autores de crimes que causassem grande intranquilidade social, tais como o tráfico de entorpecentes, mormente quando ocorre a prisão em flagrante delito de 796 kg de maconha, transportadas interestadualmente, em veículo adulterado e com restrição de crime patrimonial, bem como pela forma que supostamente fugiu o paciente, colocando em risco a vida da população local. As referidas circunstâncias vulneram sobremaneira o bem jurídico tutelado pelos tipos penais. Também foi ressaltado que o paciente reside em outra unidade da federação, não no distrito da culpa, o que dificulta, inclusive, o acesso aos*

*antecedentes criminais.*

Ante o exposto, indefiro o pedido de liminar.

Solicitem-se informações ao Tribunal de origem, que deverão ser prestadas preferencialmente por malote digital e com senha de acesso para consulta ao processo.

Após, dê-se vista ao Ministério Público Federal.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 19 de janeiro de 2021.

JORGE MUSSI

Vice-Presidente, no exercício da Presidência